



**Demonstrações Contábeis
2º Trimestre**

Sumário

Balço Patrimonial.....	5
Demonstraço do Resultado do Exercício.....	6
Demonstraço do Resultado Abrangente.....	6
Demonstraço dos Fluxos de Caixa.....	7
Demonstraço das Mutaço es do Patrimônio Líquido.....	8
Notas Explicativas às Demonstraço es Contábeis.....	9
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
2.1 – Declaraço es de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade.....	9
2.2 – Base de mensuraço es.....	10
2.3 – Moeda funcional e de apresentaço es.....	10
2.4 – Uso de estimativas e julgamentos.....	10
2.5 – Mensuraço es do valor justo.....	10
NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	10
NOTA 5 – CLIENTES.....	11
NOTA 6 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	11
NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	11
NOTA 8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	12
NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	12
NOTA 10 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS.....	13
NOTA 11 – IMOBILIZADO.....	13
11.1 – Movimentaço es do Imobilizado.....	13
11.2 – Movimentaço es da Depreciaço es/ Amortizaço es.....	14
NOTA 12 – INTANGÍVEL.....	14
NOTA 13 – CONSIGNAÇO ES.....	15
NOTA 14 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS.....	15
NOTA 15 – IRPJ e CSLL.....	16
15.1 – Demonstraço es do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL.....	16
15.2 – Movimentaço es dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos.....	17
NOTA 16 – FORNECEDORES.....	17
NOTA 17 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS.....	18
17.1 – Obrigaço es com Pessoal – 13º, Férias e Licença Prêmio.....	18
NOTA 18 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR.....	18
NOTA 19 – OBRIGAÇO ES TRIBUTÁRIAS.....	19
NOTA 20 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR.....	19
NOTA 21 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	19
21.1 – Aço es Cíveis Relevantes.....	20
21.2 – Processos classificados com Possíveis ou Remotos de Execução.....	21
21.3 – Contingência Tributária.....	21
NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
22.1 – Prejuízos acumulados.....	22
NOTA 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	22
23.1 – Receita Bruta e Receita Líquida.....	23
23.2 – Custos e Despesas Operacionais.....	24
23.3 – Composiço es dos gastos na DRE.....	25

NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	25
24.1 – Plano de Previdência Complementar.....	25
24.2 – Auxílio – alimentação.....	26
24.3 – Programa de Assistência à Saúde – PAS/ SERPRO.....	26
24.4 – Plano Odontológico.....	26
NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS.....	27
25.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes.....	27
NOTA 26 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	27
NOTA 27 – IMPLEMENTAÇÃO DO CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.....	27
27.1 – Definições do CPC 47 -.....	27
27.2 – Ações para implementação do CPC 47 pelo SERPRO.....	28

Balanco Patrimonial

Em milhares de R\$

Ativo	NE	Jun/ 2018	Dez/ 2017
Circulante		885.840,9	726.985,0
. Caixa e Equivalentes de Caixa	4	107.992,8	232.780,5
. Ativos Financeiros		368,6	265,7
. Créditos a Receber		654.301,5	391.467,0
Clientes	5	557.291,3	336.880,0
Ressarcimento de Pessoal	6	95.479,6	53.250,6
Créditos Diversos a Receber		1.530,6	1.336,4
. Créditos Tributários	7	120.478,9	95.909,6
. Bens e Valores em Circulação		636,8	556,3
. Despesas Antecipadas		1.816,4	5.759,9
. Ativo não circulante mantido para venda		246,0	246,0
Não Circulante		1.654.218,7	2.861.778,5
. Realizável a Longo Prazo		1.146.682,0	2.300.836,7
Depósitos Judiciais e Recursais	8	279.597,2	280.146,8
Ressarcimento de Pessoal	9	406.781,5	1.545.064,3
Créditos Tributários Diferidos	10	399.772,1	415.273,6
Créditos Realizáveis a Longo Prazo		60.531,3	60.351,9
. Imobilizado	11	462.083,9	494.540,0
. Intangível	12	45.452,8	66.155,8
Total do Ativo		2.540.059,6	3.588.517,5
Passivo		Jun/ 2018	Dez/ 2017
Circulante		659.404,1	725.540,7
. Consignações	13	53.212,0	65.997,4
. Tributos e Encargos Sociais	14	132.678,0	119.336,1
. Depósitos Diversas Origens		1.948,9	990,8
. Obrigações a Pagar		471.565,2	539.216,4
Fornecedores	16	77.775,1	186.309,1
Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	17	302.223,4	314.089,8
Plano de Previdência Complementar		35.800,6	36.631,6
Processo Trabalhista a Pagar	18	55.724,8	2.000,0
Outras Obrigações		41,3	185,9
Não Circulante		1.063.936,6	2.226.404,9
Fornecedores		0,0	118,0
Obrigações Tributárias	19	55.800,5	71.471,3
Processo Trabalhista a Pagar	20	181.429,7	0,0
Provisões Trabalhistas e Cíveis	21	300.344,6	1.643.979,3
Plano de Previdência Complementar		525.006,1	509.127,8
Receita Diferida		606,2	1.212,5
Outras Obrigações		749,5	496,1
Patrimônio líquido	22	816.718,8	636.571,8
. Capital		1.061.004,8	1.061.004,8
. Reservas de Reavaliação		138.214,2	138.214,2
. Outros Resultados Abrangentes		(375.927,9)	(376.030,8)
. Lucros/Prejuízos Acumulados	22.1	(6.572,3)	(186.616,4)
Total do Passivo		2.540.059,6	3.588.517,5

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R\$

	NE	Jun/ 2018	Jun/ 2017
Receita Operacional Líquida	23.1	1.249.461,8	1.089.850,5
Custo dos Serviços Prestados	23.2 / 23.3	(503.300,0)	(542.096,1)
Lucro Bruto		746.161,8	547.754,4
Despesas Operacionais (exceto resultado financeiro)	23.2 / 23.3	(503.029,7)	(518.775,7)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(435.008,8)	(425.803,9)
Depreciação e Amortização		(25.309,0)	(24.645,2)
Locação		(11.685,1)	(15.828,0)
Manutenção		(25.647,0)	(21.916,2)
Serviços de Comunicação		(2.374,6)	(384,4)
Serviços Profissionais e Contratados		(26.651,3)	(20.724,8)
Serviços Públicos		(8.551,6)	(8.154,1)
Resultado com Créditos a Receber		(1.849,6)	(1.644,8)
Despesas Tributárias Diversas		(2.043,9)	(1.671,8)
Materiais		(1.579,9)	(1.831,0)
Outras Despesas/Receitas		38.765,8	1.368,0
Resultado com Ações Judiciais		(1.094,7)	2.460,5
Resultado Financeiro		2.581,9	6.459,4
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		245.714,0	35.438,1
Tributos sobre o lucro		(65.669,9)	2.979,6
Tributos correntes		(50.168,4)	(7.939,7)
Tributos diferidos		(15.501,5)	10.919,3
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		180.044,1	38.417,7

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de R\$

	Jun/ 2018	Jun/ 2017
Resultado líquido do Período	180.044,1	38.417,5
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	102,9	(28.410,1)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	102,9	(15,0)
Ajustes de Passivos Atuariais		(43.022,9)
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial		14.627,8
Resultado Abrangente no Período	180.147,0	10.007,4

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de R\$

Discriminação	Jun/ 2018	Jun/ 2017
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	995.143,7	904.664,7
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	292.536,2	96.328,5
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	149.391,5	154.531,8
Outros Recebimentos	26.127,0	25.465,9
Receita de Compensação Tributária	1.278,3	128.666,5
Tributos e Encargos – inclusive compensação tributária	(326.419,5)	(280.625,5)
Pessoal e Encargos – inclusive compensação tributária	(904.721,3)	(942.783,9)
Sentenças Judiciais	(32.443,3)	(20.322,6)
Pagamentos a Fornecedores	(265.175,3)	(212.943,9)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	(64.282,7)	(147.018,6)
Atividades de Investimentos		
Imobilizado/ Intangível	(60.505,0)	(42.151,3)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(60.505,0)	(42.151,3)
Atividades de Financiamento		
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b)	(124.787,7)	(189.169,9)
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	232.780,5	252.297,8
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	107.992,8	63.128,0

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de R\$

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 janeiro de 2017	1.061.004,8	138.214,2	(309.611,0)	(479.133,2)	410.474,8
Ajuste Exercícios Anteriores			(119,4)		(119,4)
Saldo em 01 janeiro de 2017 ajustado	1.061.004,8	138.214,2	(309.730,5)	(479.133,2)	410.355,4
Lucros/Prejuízos Líquido			123.114,1	103.102,3	226.216,4
Resultado Líquido do Período			123.114,1		123.114,1
Outros Resultados Abrangentes				103.102,3	103.102,3
Ajustes Instrumentos Financeiros				3,4	3,4
Ajustes Passivos Atuariais				156.210,6	156.210,6
IR/CSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				(53.111,6)	(53.111,6)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1.061.004,8	138.214,2	(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,8

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.061.004,8	138.214,2	(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,9
Lucros/Prejuízos Líquido			180.044,1		180.044,1
Resultado Líquido do Período			180.044,1		
Outros Resultados Abrangentes				102,9	102,9
Ajustes Instrumentos Financeiros				102,9	
Saldo em 30 de Junho de 2018	1.061.004,8	138.214,2	(6.572,3)	(375.927,9)	816.718,9

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma Empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303 de 30 de junho de 2016, e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado pela 2ª Assembleia Geral Extraordinária, datada de 12 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 15 de junho de 2018. O SERPRO tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

O portfólio de soluções do SERPRO está estruturado em três linhas de negócios, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:

- **Serviços sob Medida:** caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;
- **Serviços de Informação:** voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;
- **Serviços em Nuvem:** direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

Os serviços prestados pela Empresa envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

2.2 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

2.3 – Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, moeda funcional da Empresa.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. As estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos adotados por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.5 – Mensuração do valor justo

Para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados com diferentes níveis em uma hierarquia, baseada nas seguintes técnicas de avaliação:

- i) nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- ii) nível 2 – preços cotados em mercados ativos e ajustados com critérios definidos e verificáveis;
- iii) nível 3 – valores que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Caso ocorram mudanças, a Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período. A mensuração do valor justo é aplicável aos ativos circulantes mantidos para venda.

NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

No período destas demonstrações intermediárias foram adotadas as políticas contábeis descritas nas notas explicativas do encerramento do exercício de 2017.

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em milhares de R\$	
Descrição	Jun/2018	Dez/2017
Bancos c/ movimento	106.679,5	232.340,0
Fundo de aplicação financeira	1.313,2	440,5
Total	107.992,8	232.780,5

A redução de R\$ 124,8 milhões ao longo do primeiro semestre está impactada pelo saldo observado em dezembro, mês em que comumente os recebimentos de clientes são maiores.

NOTA 5 – CLIENTES

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
Clientes	583.314,7	360.376,4
Perda Estimada para crédito em Liquidação Duvidosa	(26.023,5)	(23.496,4)
Total	557.291,3	336.880,0

Os créditos a receber de clientes são apresentados no balanço deduzidos da PECLD, estimada em R\$ 26,0 milhões.

Observa-se um acréscimo de R\$ 220,4 milhões do saldo líquido de dezembro para junho. A variação decorre, principalmente, da diferença entre o nível de faturamento e o nível de recebimento observada no período.

NOTA 6 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
Ressarcimento PSE	95.479,6	46.805,7
Ressarcimento PSE – ACT	-	6.444,9
Total	95.479,6	53.250,6

O SERPRO, em junho de 2018 possuía 2.433 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no MF, sendo responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas. Trata-se de valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários e de apropriação por competência referente ao ACT 2017/2018.

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
IRPJ/CSLL a compensar	118.935,2	94.365,9
PIS/ PASEP/ COFINS a compensar	1.543,7	1.543,7
Total	120.478,9	95.909,6

O IRPJ e CSLL a compensar de junho de 2018 (R\$ 118,9 milhões) representa a diferença entre as antecipações (R\$ 169,1 milhões) decorrentes de retenção na fonte efetuada por clientes, e os valores desses tributos devidos (R\$ 50,2 milhões) no final do período de apuração (Nota 15).

Cabe destacar que o aumento dos créditos tributários decorre do reconhecimento líquido dos tributos retidos em 2018 (R\$ 21,1 milhões) e o restante da variação (R\$ 3,5 milhões) representa a correção do saldo de 2017 (R\$ 97,6 milhões). Este último somente poderá ser utilizado para pagamento de tributos após entrega da escrituração contábil e fiscal (ECF), em virtude de recente alteração na IN RFB nº 1717/2017.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/ 2017
Depósitos judiciais	231.979,1	234.621,2
Depósitos recursais	41.267,5	39.175,0
Ações fiscais	6.350,6	6.350,6
Total	279.597,2	280.146,8

O saldo de R\$ 279,5 milhões (R\$ 280,1 milhões em 2017) constitui-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. No caso das ações fiscais, correspondem, em sua maioria, a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões, em valores da época. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor mantém-se depositado administrativamente até o julgamento final da ação (IN RFB 787/2007).

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
(a) Apropriação por competência	45.573,7	39.007,8
Férias	20.696,0	22.433,3
Licença-prêmio	17.103,7	15.571,2
13º Salário	7.774,0	-
Acordo Coletivo 2017/2018	-	1.003,3
(b) Desembolsos sentenças judiciais (PSE)	336.976,9	155.534,3
Processo N° 0204700-25.1989.5.02.0039	302.602,2	121.172,5
Processo N° 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo N° 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo N° 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9
Outros Processos	5.446,7	5.433,8
(c) Provisões trabalhistas PSE	24.230,9	1.350.522,2
Total (a) + (b) + (c)	406.781,5	1.545.064,3

A redução de R\$ 1.138,3 milhões decorre da reversão de provisões trabalhistas associadas ao quadro externo (Nota 21), sobretudo referente ao processo n° 0204700-25.1989.5.02.0039, tendo em vista acordo judicial entre as partes (Notas 18, 20 e 21).

NOTA 10 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/ 2017
Ativo fiscal diferido	434.308,5	894.933,9
Passivo fiscal diferido	(34.536,5)	(479.660,3)
Total	399.772,1	415.273,6

O saldo representa a diferença entre o ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais (Nota 15.2).

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Descrição	Em milhares de R\$			
	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
	Jun/2018		Jun/2018	Dez/2017
Edifícios	144.137,9	(26.097,2)	118.040,7	116.993,6
Terrenos	67.029,7	-	67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	2,3	-	2,3	1.456,7
Obras em andamento	9.321,2	-	9.321,2	23.044,5
Instalações	135.880,5	(66.955,4)	68.925,1	66.241,1
Benfeitorias propr. de terceiros	2.019,9	(1.181,0)	838,9	925,3
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,6	16.678,7
Bens Móveis	850.251,3	(669.004,0)	181.247,3	202.170,4
Total	1.227.852,5	(765.768,6)	462.083,9	494.540,0

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

11.1 – Movimentação do Imobilizado

Descrição	Em milhares de R\$					
	Saldo Dez/2017	Adições	Alienações	Transferências	Baixas	Saldo Jun/2018
Edifícios	143.090,7	-	-	1.047,2	-	144.137,9
Terrenos	67.029,7	-	-	-	-	67.029,7
Estudos e projetos	1.456,7	2,3	-	(294,4)	(1.162,3)	2,3
Obras em andamento	23.044,5	1.845,3	-	(13.876,6)	(1.691,9)	9.321,3
Instalações	122.841,5	-	-	13.038,9	-	135.880,4
Benfeitorias propr. de terceiros	1.934,9	-	-	84,9	-	2.019,8
IPC/90	19.209,6	-	-	-	-	19.209,6
Bens Móveis	866.219,4	11.438,2	(27.346,9)	-	(59,4)	850.251,3
Total	1.244.827,1	13.285,8	(27.346,9)	0,0	(2.913,6)	1.227.852,4

11.2 – Movimentação da Depreciação/ Amortização

Em milhares de R\$

Descrição	2017	Depreciação/ Amortização Acumulada	Alienações	Baixas	2018
Edifícios	(26.097,2)	-	-	-	(26.097,2)
Terrenos	-	-	-	-	-
Estudos e projetos	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Instalações	(56.600,4)	(10.355,0)	-	-	(66.955,4)
Benfeitorias propr. de terceiros	(1.009,6)	(171,2)	-	-	(1.180,8)
IPC/90	(2.531,0)	-	-	-	(2.531,0)
Bens Móveis	(664.049,2)	(32.369,2)	27.370,9	43,3	(669.004,2)
Total	(750.287,4)	(42.895,4)	27.370,9	43,3	(765.768,6)

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2017	Adições	Jun/18
Software	537.071,0	1.499,1	538.570,1
(Amortização Acumulada)	(470.915,2)	(22.202,1)	(493.117,3)
Total	66.155,8	(20.703,0)	45.452,8

O saldo líquido do intangível no valor de R\$ 45,4 milhões corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços. A redução observada no período, de R\$ 20,7 milhões, é reflexo da queda do nível de investimentos no exercício corrente.

As unidades de Brasília e São Paulo concentram 92% do total do intangível (R\$ 45,4 milhões), constituindo-se como os dois principais centros de dados da Empresa.

Em milhares de R\$

Descrição	%	Intangível (Jun/2018)	Amortização Acumulada	Jun/2018	Dez/2017
Brasília	53%	284.202,2	(258.503,2)	25.699,0	37.533,8
São Paulo	39%	211.464,0	(194.421,2)	17.042,8	25.397,4
Outros	08%	42.903,8	(40.192,8)	2.711,0	3.224,6
Total		538.570,0	493.117,2	45.452,8	66.155,8

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

NOTA 13 – CONSIGNAÇÕES

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
Previdência Social	13.907,0	14.100,6
Pensão Alimentícia	25,4	17,1
IRPF	15.149,0	14.395,4
Tributos Federais Retidos	9.064,2	22.956,2
ISS	661,5	1.544,8
Plano de Previdência e Assistência Médica	9.643,4	8.173,2
Empréstimos, Retenções e Consignatários	4.761,6	4.809,9
Total	53.212,0	65.997,4

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados (pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica), além de tributos retidos de fornecedores.

NOTA 14 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
ISS a Recolher	53.630,6	52.492,4
PIS-CONFINS	54.228,4	40.573,6
INSS	15.696,0	18.206,9
FGTS	9.107,0	7.933,7
Outros tributos	16,0	129,5
Total	132.678,0	119.336,1

Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses, já deduzidos os tributos a recuperar.

Os saldos do ISS a recolher e INSS contemplam também os valores correspondentes aos acordos de parcelamentos desses tributos, respectivamente, nos valores de R\$ 31,9 milhões (R\$ 31,0 milhões em 2017) e R\$ 2,9 milhões (R\$ 2,9 milhões em 2017), efetuados entre os exercícios de 2014 e 2017.

NOTA 15 – IRPJ e CSLL

15.1 – Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	Em milhares de R\$	
	2018 (Base Jun/18)	2017 (Base Jun/17)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	245.714,0	35.438,0
(a) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	(83.542,8)	(12.048,9)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	33.374,4	4.109,2
Incentivos fiscais	1.348,5	730,9
Redução da base	12,0	12,0
Despesas e ganhos não tributáveis	(277,2)	261,0
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em tributos diferidos	22.083,8	6.245,0
Diferenças temporárias reconhecidas não reconhecida em tributos diferidos	(5.294,2)	1.890,4
Diferenças temporárias reconhecidas em tributos diferidos	15.501,5	(10.919,3)
Despesa corrente apropriada em período seguinte	-	5.889,1
Total (a) + (b) + (c)	(50.168,4)	(7.939,7)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	20,42%	22,40%

As despesas de IRPJ e CSLL corrente equivalem a R\$ 50,2 milhões, em virtude das adições e exclusões previstas na legislação tributária. O somatório dos tributos correntes e diferidos resultou em R\$ 65,7 milhões no primeiro trimestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Jun/2017
IRPJ e CSLL Corrente	(50.168,4)	(7.939,7)
IRPJ e CSLL Diferida – diferenças intertemporais	(15.501,5)	10.919,3
Resultado	(65.669,9)	2.979,6

15.2 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$			
Descrição*	Saldo em 2017**	DRE	Saldo em 2018 **
(a) Ativo fiscal diferido	894.933,8	(460.625,3)	434.308,5
Provisões trabalhistas e cíveis	558.952,9	(456.835,8)	102.117,1
Passivo atuarial	173.103,4	5.398,6	178.502,0
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	98.827,1	628,9	99.456,0
Licença-prêmio	36.749,6	4.416,3	41.165,9
Provisão para acordo coletivo trabalhista 2017/2018	14.198,3	(14.198,3)	-
Plano de previdência complementar	9.828,9	-	9.828,9
Provisão para perdas prováveis	3.273,6	(35,0)	3.238,6
(b) Passivo fiscal diferido	(479.660,3)	445.123,8	(34.536,5)
Processos trabalhistas – PSE	(459.177,6)	450.939,0	(8.238,6)
Provisão ativa – LFTSC	(20.482,7)	-	(20.482,7)
Provisão ativa – Licença-prêmio – PSE	-	(5.815,2)	(5.815,2)
Total (a) + (b)	415.273,5	(15.501,5)	399.772,0

*A descrição refere-se ao fato gerador dos tributos

** O saldo representa 34% do fato gerador

Os tributos diferidos representam 34% (IRPJ e CSLL) sobre as provisões ativas e passivas registradas no balanço, que constituem os fatos geradores desses tributos conforme descrições, referenciadas na nota 15.1 como diferenças intertemporais. A variação em 2018 (R\$ 15,5 milhões) foi reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

NOTA 16 – FORNECEDORES

Em milhares de R\$				
Descrição	Jun/2018		Dez/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
A vencer	65.645,7	-	128.708,7	118,0
Vencidas	12.129,4	-	-	-
Acordo de parcelamento	-	-	57.600,4	-
Total	77.775,1	-	186.309,1	118,0

A redução de R\$ 108,5 milhões em fornecedores representa a contrapartida de parte do saldo de caixa reduzido no período. Observa-se que no segundo trimestre de 2018, constam obrigações vencidas junto a fornecedores, cujos pagamentos estão suspensos devido ao descasamento destas com os fluxos de caixa gerados no período. No encerramento do trimestre, as obrigações vencidas (R\$ 12,13 milhões) possuem um prazo de até 30 dias de atraso.

NOTA 17 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
Pessoal a pagar	3.302,5	3.210,9
Ações de Preparação para Aposentadoria	6.828,8	-
Apropriação por competência ACT	-	49.208,0
13º Salário	18.723,0	-
Férias	152.293,0	153.583,9
Licença Prêmio	121.076,1	108.087,0
Total	302.223,4	314.089,8

17.1 – Obrigações com Pessoal – 13º, Férias e Licença Prêmio

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

Descrição	Em milhares de R\$			
	Provisões	Encargos	Aditamentos	Saldo
Licença Prêmio	116.375,4	4.700,7	-	121.076,1
Férias	139.242,3	30.999,8	(17.949,1)	152.293,0
13º Salário	46.739,3	11.179,4	(39.195,7)	18.723,0
Total	302.357,0	46.879,9	(57.144,8)	292.092,1

NOTA 18 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR

Representa as parcelas vincendas nos próximos doze meses referentes a acordo judicial homologado com reclamantes do processo n.º0204700-25.1989.5.02.0039, empregados do SERPRO cedidos à RFB.

Acordou-se entre as partes o pagamento de um valor total de R\$ 247,9 milhões, constando atualmente do passivo circulante a obrigação de R\$ 55,7 milhões e do não circulante o valor de R\$ 181,4 milhões, totalizando R\$ 237,1 milhões.

Cabe ressaltar que essa obrigação estava provisionada em R\$ 1.272,4 milhões, tendo sido revertida com o acordo. Informações adicionais do processo constam das Notas 9, 20 e 21.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2018	Dez/2017
ISS Renegociado	39.134,7	53.410,9
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,4	13.762,4
INSS Renegociado	2.903,4	4.298,1
Total	55.800,5	71.471,3

O conjunto dessas obrigações, vincendas após 12 meses do encerramento do exercício social, alcança R\$ 55,8 milhões (R\$ 71,5 milhões em 2017) assim constituídas:

- i) ISS Renegociado (R\$ 39,1 milhões), decorre do parcelamento desse imposto pelo prazo de 60 meses. Cumpre esclarecer que a dívida consolidada perfaz R\$ 71,1 milhões, dos quais R\$ 32 milhões estão classificados no passivo circulante;
- ii) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 13,8 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;
- iii) INSS Patronal (R\$ 2,9 milhões), que representa o saldo vincendo após 12 meses de parcelamento desse tributo, renegociado pelo prazo de 30 meses. Somando-se a quantia de R\$ 2,9 milhões, que está classificada no passivo circulante, a dívida alcança o valor de R\$ 5,8 milhões.

A redução de R\$ 15,7 milhões no período decorre das transferências para o circulante de parcelas dos acordos de parcelamento de ISS e INSS vincendas em até 12 meses.

NOTA 20 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR

Totaliza R\$ 181,4 milhões relativos às parcelas vincendas após os próximos doze meses do acordo judicial do processo n.º 0204700-25.1989.5.02.0039 (Nota 18).

NOTA 21 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis (R\$ 300,3 milhões) são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)). Em 2018, houve confirmação da tendência de diminuição do passivo judicial devido a

celebração de acordos judiciais que reduziram sensivelmente os riscos dos processos de maior vulto na composição do passivo contingente, dos quais destacam-se os abaixo discriminados.

No processo n.º0204700-25.1989.5.02.0039, 564 empregados do SERPRO cedidos à RFB pleiteiam diferenças salariais em razão de desvio de função. Para o referido processo foi provisionado, no final do 2º trimestre de 2017, o valor de R\$ 1.345,2 milhões, que foi reduzido para R\$ 18,0 milhões no final do 2º trimestre de 2018, uma vez que, em razão do acordo judicial homologado com 511 reclamantes, restaram no processo apenas 53 reclamantes que não aderiram. O valor ora provisionado refere-se apenas à parcela incontroversa, razão pela qual, posteriormente, será majorado para inclusão da parcela controversa a ser apurada. Destaque-se que, nos termos do Despacho do Ministro da Fazenda (Processo Administrativo SEI nº 10951.100661/2018-86), os valores envolvidos serão reembolsados, motivo pelo qual são registrados no ativo não circulante, compondo o valor do item (c) do quadro demonstrado na Nota 9 (R\$ 24,2 milhões), portanto suas movimentações não geram impactos sobre o resultado empresarial, conforme entendimento expresso no Parecer nº GQ-56/1994 (<http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/8235>).

Também foram concluídos esforços para a construção de acordos judiciais para a reclamação trabalhista n.º 0132000-50.1989.5.01.0016, que foi movida por empregados do quadro interno, cujo objeto é reintegração à Empresa e seus respectivos efeitos financeiros retroativos. A provisão associada a esse processo variou de R\$ 117,1 milhões para R\$ 124,4 milhões em 2017 e reduziu para R\$ 33,4 milhões no 2º trimestre de 2018. Tal redução representa a concretização das tratativas de acordos iniciadas após êxito parcial de recurso do Serpro datado de março de 2017. Os acordos parciais homologados alcançaram 10 (dez) dos 12 (doze) reclamantes do referido processo principal, com quitação geral de outros 12 (doze) processos judiciais a ele vinculados e que estavam em curso em diversos órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, tendo sido gerada uma significativa e relevante economia para o patrimônio do Serpro, inclusive quanto às custas judiciais à luz da reforma trabalhista. É importante destacar que houve menção na ata de homologação do acordo parcial de junho de 2018 em torno da obrigação do Serpro, na qualidade de patrocinadora, junto à entidade fechada de previdência complementar - SERPROS - visando a oportuna quitação da obrigação patronal, cumprindo ressaltar que a definição final quanto aos valores devidos pela estatal ainda está em fase de negociação, restando claro que certamente haverá algum aumento no passivo previdenciário da empresa.

21.1 – Ações Cíveis Relevantes

Ação de cobrança nº 0012357-70.2016.4.01.3400

Trata-se de ação de cobrança movida pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado em face do SERPRO, alegando dívida oriunda do não pagamento dos juros incidentes no período de suspensão pelo TCU dos valores devidos a título de aporte financeiro destinado a viabilização da migração de participantes do plano SERPRO I para o plano SERPRO II - amortização da dotação inicial - parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - “amortização extraordinária”, no valor total de R\$ 11,3 milhões. O processo encontra-se em negociação junto ao Credor.

O processo está na fase instrutória na primeira instância, não tendo sido possível a conciliação neste caso. A possibilidade de perda desse processo consta como possível. No entanto, pela fase processual atual e o ritmo da tramitação, não se vislumbra a possibilidade de desembolso neste processo pelos próximos 3 anos, pelo menos. Não provisionado, por estar em fase instrutória.

Ação de cobrança nº 0026272-89.2016.4.01.3400

Trata-se de ação de cobrança movida pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado em face do SERPRO, alegando suposta dívida oriunda do não pagamento de encargos incidentes no período compreendido entre abril de 2013 a fevereiro de 2016 referentes ao termo de acordo para parcelamento do aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano SERPRO para o plano SERPRO II e seus aditivos, ao termo de amortização da dotação inicial e ao termo de parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei nº 8.020/90, além da cobrança de encargos incidentes sobre as contribuições paritárias devidas aos cofres dos planos de benefícios do SERPROS. Valor cobrado em abril de 2016: R\$ 12,1 milhões.

O processo está **na fase de conhecimento** na primeira instância e as partes demonstram interesse e disposição na conciliação. A possibilidade de perda desse processo consta como provável, havendo pequenas discordâncias com relação aos cálculos apresentados pelo SERPROS. Não obstante a fase processual atual, vislumbra-se a possibilidade de desembolso com relação a este processo, tendo em vista ser provável a conciliação entre as partes. Não provisionado, esperando a conclusão das tratativas de acordo.

21.2 – Processos classificados com Possíveis ou Remotos de Execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 572 processos judiciais, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota, com estimativa total em torno de R\$ 34,2 milhões, dos quais o valor de R\$ 6,9 milhões refere-se ao quadro externo. A apropriação das provisões trabalhistas cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R1), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

21.3 – Contingência Tributária

Existe uma litigância entre o SERPRO e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (Processo nº 50174658710), envolvendo suposto débito tributário de ICMS no valor de R\$ 250.357.047,77, de acordo com a certidão 350-01.519.608/2015.

Da ação civil ordinária supracitada, o Serpro conseguiu decisão monocrática em favor de sua tese, reconhecendo a imunidade tributária e anulando o suposto débito, no momento da emissão do Balanço do 2º Trimestre o Serpro estava aguardando a certidão de trânsito em julgado o que nos permite manter a classificação do risco abaixo de provável.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O aumento desse grupo deveu-se quase que exclusivamente à variação de prejuízos acumulados, refletindo o lucro líquido do exercício (R\$ 180,04 milhões), de modo que o saldo passasse de R\$ 636,6 milhões (dez/2017) para R\$ 816,7 milhões (jun/2018).

22.1 – Prejuízos acumulados

Em milhares de R\$	
Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(186.616,4)
Lucro Líquido Acumulado	180.044,1
Saldo em 30 de junho de 2018	(6.572,3)

NOTA 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Até junho de 2018, a empresa apresentou lucro de R\$ 180,04 milhões (R\$ 38,42 milhões em junho de 2017). Esse acréscimo de R\$ 141,63 milhões do lucro foi resultante, de um lado, da expansão de 14,6% da receita operacional líquida (R\$ 159,6 milhões) e de outro, pela queda de despesas operacionais em 5,1%, com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 54,5 milhões;

Em milhares de R\$		
Descrição	Jun/2018	Jun/2017
Receita Operacional Líquida	1.249.461,8	1.089.850,5
Custo dos Serviços Prestados	(503.300,0)	(542.096,1)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(500.447,8)	(512.316,3)
Créditos tributários diferidos	(15.501,5)	10.919,3
Provisão para IRPJ e CSLL	(50.168,4)	(7.939,7)
Resultado Líquido do Exercício	180.044,1	38.417,7

23.1 – Receita Bruta e Receita Líquida

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2018	Jun/2017
Receita Bruta	1.526.062,5	1.328.305,3
(-) ISS	(62.038,6)	(65.022,2)
(-) PIS / PASEP	(23.250,9)	(20.084,6)
(-) COFINS	(107.106,4)	(92.521,8)
(-) ICMS	(75,4)	(92,4)
(-) INSS Patronal	(68.580,4)	(59.689,8)
(-) Descontos Concedidos	(1.278,2)	(771,0)
(-) Vendas Canceladas	(210,4)	(273,0)
(-) Outras Deduções de Vendas	(14.060,6)	-
Receita Operacional Líquida	1.249.461,8	1.089.850,5

O acréscimo de R\$ 197,8 da receita operacional líquida (14,9%) é reflexo da conjunção dos seguintes fatores: aumento de faturamento dos clientes Receita Federal e Tesouro Nacional nos serviços sob medida e de produção, novos contratos com os clientes MP (Plataforma de Autenticação Digital – Brasil Cidadão, Bi-SIGEPE, Web Service DENATRAN), SEBRAE (Rede SIMPLES, Bfs-e e e-Social), MTE (Portal Web Geral do e-Social, Sistema de Escrituração Digital, das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas do e-Social), SUFRAMA (Solução Integrada de Hosting) e SENASP (Desenvolvimento, evolução, hospedagem, atendimento usuário, consultoria para o Sistema SINESP).

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/ 2018	Jun / 2017	Varição	%
Receita Bruta	1.526.062,5	1.328.305,3	197.757,2	14,9
Serviços de processamento de dados	1.335.744,4	1.147.947,3	187.797,2	16,4
Desenvolvimento de software	122.741,3	86.210,6	36.530,8	42,4
Suporte e assistência técnica	59.044,8	80.145,5	(21.100,7)	(26,3)
Demais serviços	8.532,0	14.002,0	(5.470,0)	(39,1)

23.2 – Custos e Despesas Operacionais

Desagregando-se os componentes do total dos custos e despesas, verifica-se queda de 5,1%, com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 54,5 milhões, cujo desdobramento deu-se da seguinte forma:

Os gastos com pessoal e benefícios - cujo percentual com relação à receita líquida retrocedeu de 76,9%, em 2017, para 65,1% no acumulado até junho do corrente ano - apresentaram queda de 2,9%, refletindo as seguintes movimentações:

i) redução de 1,8% e 2,5% de remunerações e encargos sociais, respectivamente, que resultou de ajustes na estrutura destes que compõem o principal componente dos gastos, onde se destacam dois fatores: primeiro a realização de Ações Preparatórias para Aposentadoria (APA), contribuindo para a queda do número de empregados e conseqüentemente reduzindo os gastos com pessoal, e segundo o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), onde a negociação da empresa com os empregados resultou em reajuste com alíquota menor do que os índices realizados de IPCA no período, proporcionando impacto positivo para o resultado do exercício.

ii) incremento de 16,4% dos custos e despesas com benefícios, com impacto negativo de R\$ 13,2 milhões, onde se destaca o crescimento observado em assistência à saúde, revelando um aumento de R\$ 12,5 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido ao reajuste pelo IPCA saúde e o aumento de volume da utilização dos serviços.

iii) redução de 28,3% dos gastos com o plano de previdência complementar, com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 25,0 milhões. Essa queda está associada ao provisionamento da quantia de R\$ 31,8 milhões (R\$ 2,65 milhões mensais) para fazer frente a benefícios pós-emprego, revelando-se substancialmente inferior ao valor de R\$ 86 milhões, apurado no exercício de 2017 (R\$ 7,2 milhões mensais).

No caso das depreciações e amortizações, a queda de 10,6% aponta que os novos investimentos não têm sido suficientes para manter os níveis do Imobilizado e Intangível, que retrocederam R\$ 32,5 e R\$ 20,7 milhões respectivamente.

Os custos e despesas com locação, comunicação e materiais, cujos percentuais de queda foram de 14,4%, 0,4% e 11,2% respectivamente, apresentaram impacto positivo de R\$ 5,5 milhões.

Em contraste, houve acréscimos em manutenção (5,4%) e serviços profissionais e contratados (48,7%), cujos impactos negativos, em conjunto, alcançaram R\$ 17,3 milhões.

Quanto ao resultado com ações judiciais, o impacto negativo até junho de R\$ 1,09 milhões deveu-se à execução líquida de sentenças, alvarás, depósitos, acordos e baixa de processos judiciais.

Houve ainda o provisionamento de perdas estimadas com crédito em liquidação duvidosa, cujo o montante até junho alcançou R\$ 1,8 milhões, abrangendo aquelas faturas por serviços prestados a clientes com vencimento superior a 365 dias.

Em relação a outras despesas/receitas, a variação líquida que proporcionou impacto positivo de R\$ 37,2 milhões deve-se ao reconhecimento, no mês de maio do corrente ano, da reversão de provisão referente ao ACT de exercício anterior (R\$ 41,8 milhões).

23.3 – Composição dos gastos na DRE

Em milhares de R\$

Descrição	2018			2017		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(378.097,9)	(435.008,8)	(813.106,7)	(411.874,9)	(425.803,9)	(837.678,8)
Depreciação/Amortização	(39.439,3)	(25.309,0)	(64.748,4)	(47.813,4)	(24.645,2)	(72.458,6)
Locação	(19.178,0)	(11.685,1)	(30.863,1)	(20.232,5)	(15.828,0)	(36.060,5)
Manutenção	(32.541,2)	(25.647,0)	(58.188,2)	(33.285,2)	(21.916,2)	(55.201,4)
Comunicação	(23.059,5)	(2.374,6)	(25.434,1)	(25.142,2)	(384,4)	(25.526,6)
Serviços Profissionais	(17.004,0)	(26.651,3)	(43.655,2)	(8.638,9)	(20.724,8)	(29.363,7)
Serviços Públicos	(6.143,3)	(8.551,6)	(14.694,9)	(6.188,1)	(8.154,1)	(14.342,2)
Créditos a Receber	-	(1.849,6)	(1.849,6)	-	(1.644,8)	(1.644,8)
Créditos Tributários	13.192,7	-	13.192,7	11.918,4	-	11.918,4
Disp. Tributárias	-	(2.043,9)	(2.043,9)	-	(1.671,8)	(1.671,8)
Materiais	(51,2)	(1.579,9)	(1.631,1)	(6,2)	(1.831,0)	(1.837,2)
Outras Despesas /Receitas	(978,3)	38.765,8	37.787,6	(833,1)	1.368,0	534,9
Judiciais	-	(1.094,7)	(1.094,7)	-	2.460,5	2.460,5
Total	(503.300,0)	(503.029,7)	(1.006.329,7)	(542.096,1)	(518.775,7)	(1.060.871,8)

NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

Cabe ressaltar que as informações que se seguem são as disponíveis pela EFPC sobre o Plano SERPRO PS-I e PS-II e referem-se a maio de 2018.

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em maio de 2018, o PS-I contava com 2.219 participantes saldados ativos e 3.753 participantes assistidos. O plano contava com patrimônio social de R\$ 2,1 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R\$149,7 milhões, conforme balancete da EFPC em 31/05/2018.

O Plano PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, em maio de 2018 contava com 7.394 participantes ativos, definidos no regulamento como Contribuição Definida (CD) e 638 assistidos e pensionistas, definidos como Benefício Definido (BD). O Plano PS-II (CD) contava com patrimônio social de R\$ 2,0 bilhões e o PS-II BD com R\$ 1,4 bilhão e respectivo equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 314,4 milhões, conforme balancete da EFPC em 31/05/2018.

Vale destacar que, conforme reportado nas notas explicativas do encerramento do exercício 2017, projeta-se um reconhecimento de R\$ 31,8 milhões de despesas atuariais para 2018, de acordo com parecer elaborado por consultoria especializada. No segundo trimestre de 2018, foram reconhecidos R\$ 15,9 milhões da referida despesa, correspondente à proporção do período.

24.2 – Auxílio – alimentação

É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes. Para os empregados, no ACT 2016/2017, foi fixado em R\$ 874,08 (R\$ 799,82 no período 2015/2016) a partir de maio de 2016. Já o ACT 2017/2019, fixou o valor de R\$ 918,00 a ser pago a partir de maio de 2018, com efeitos retroativos de R\$ 69,60 relativos aos meses de março e abril, pagos em duas parcelas, sendo 50% em maio e o restante no crédito referente ao mês de julho. Para os dirigentes, o valor pago é de R\$ 747,60 desde abril/2015, conforme autorizado pela SEST.

24.3 – Programa de Assistência à Saúde – PAS/ SERPRO

O Programa de Assistência à Saúde do Serpro – PAS/Serpro é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão em Recursos Humanos, oferecido aos empregados e seus dependentes. Os beneficiários do plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos, bem como seus dependentes. O custeio do Grupo I é definido em Regulamento e conta com a participação da empresa e dos empregados.

Grupo II – empregados inativos, bem como seus dependentes, e agregados. O custeio do Grupo II é definido em Regulamento e o pagamento da mensalidade é integral pelos beneficiários titulares.

24.4 – Plano Odontológico

O PAS-ODONTO/Serpro é um benefício oferecido aos empregados e familiares. O programa é custeado na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade pelo SERPRO e 50% (cinquenta por cento) pelos empregados.

NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS

25.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$1.592,99 e R\$42.812,73, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 9.003,091. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$5.088,4 e R\$36.649,86, com média de R\$16.377,46. Nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), nem outros benefícios de longo prazo a seus dirigentes que não sejam empregados. Existe, em caso de exoneração de diretor, uma previsão de remuneração compensatória (quarentena) pelo período de 6 meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

NOTA 26 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03 (R3)).

NOTA 27 – IMPLEMENTAÇÃO DO CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes

27.1 – Definições do CPC 47 -

O Pronunciamento Técnico CPC 47- Receita de Contrato com Cliente, NBC TG 47, com vigência a partir de janeiro de 2018, substitui todas as normas existentes relacionadas ao reconhecimento da receita e define como princípio básico que a entidade deve reconhecer as receitas de modo que a transferência de bens ou de serviços aos clientes reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito. Esse reconhecimento pode ocorrer ao longo do tempo, conforme desempenho da entidade ou num determinado momento no tempo, em que o controle do bem é transferido

O método de reconhecimento da receita estabelecido pelo CPC 47 passa pela avaliação das seguintes etapas:

- i. identificação do contrato;
- ii. identificação das obrigações de desempenho;
- iii. determinação do preço da transação;
- iv. alocação do preço da transação;
- v. reconhecimento da receita.

27.2 – Ações para implementação do CPC 47 pelo SERPRO

Cumpra-se destacar o comprometimento do SERPRO na implementação do CPC 47, que se reflete por meio da realização de mudanças significativas em seus processos e sistemas de informação de modo a garantir ferramentas confiáveis para a tomada de decisão.

Diagnóstico de implantação do CPC 47

Considerando as especificidades das atividades desempenhadas pelo SERPRO, foi realizado estudo com o objetivo de analisar os principais impactos na Empresa decorrentes da implementação do CPC 47 e sugerir ações que a viabilizem.

Quanto às cinco etapas de reconhecimento da receita (Nota 27.1), com base no diagnóstico da situação atual do SERPRO, é possível destacar em relação a cada item:

- i. identificação do contrato: todos os serviços prestados pelo SERPRO estão previstos em contratos formais;
- ii. identificação das obrigações de desempenho: a obrigação de desempenho pode ser representada pela entrega prevista em cada contrato, porém não com a nomenclatura específica da norma. Nesse sentido a empresa criou um catálogo de serviços de TI a fim de iniciar uma padronização na identificação das obrigações de desempenho. Este item é o de maior atenção para o atendimento pleno da norma, impactando no reconhecimento da receita.
- iii. determinação do preço da transação: os contratos apresentam os valores esperados mediante o cumprimento dos serviços;
- iv. alocação do preço da transação: os contratos apresentam valores por unidade para cada serviço;
- v. reconhecimento da receita: depende da correta identificação e da padronização das obrigações de desempenho para possibilitar o reconhecimento da receita. Entende-se que os serviços prestados de forma continuada convergem ao previsto no CPC, no entanto verifica-se um descolamento temporal entre prazos contratuais e competência contábil, que ao final do exercício são compatibilizados.

Assim, observa-se necessidade de melhorias e revisão dos processos empresariais e sistemas corporativos sobretudo por meio da integração destes, sendo primordial a implantação de um sistema integrado de gestão (ERP).

Aquisição de Sistema Integrado de Gestão (ERP)

A empresa está em fase de contratação de um sistema integrado de gestão que permitirá a aproximação entre as diversas áreas alinhando e padronizando seus processos, sendo uma importante ferramenta para operacionalizar as diversas mudanças que se fizerem necessárias.

Reconhecimento da receita dos serviços prestados ao longo do exercício

Em que pese o apontamento no relatório do grupo de trabalho que aponta o descolamento temporal no reconhecimento das receitas ao longo dos meses, ao final do exercício todas as receitas são reconhecidas e refletidas nas demonstrações de encerramento.

Realização da receita em confrontação com as despesas

A empresa, ciente dos impactos que ocorrerão com a mudança no reconhecimento da receita, atua cotidianamente na busca de otimizar o atendimento à competência contábil e, consciente da necessidade de alinhamento desses processos ao CPC 47, estabeleceu grupo de trabalho com o objetivo de garantir que as despesas sejam corretamente reconhecidas, por meio, inclusive da padronização da apropriação da despesa em sistema corporativo já existente (HISAQ), a ocorrer ainda neste exercício.

Quanto à padronização dos serviços (obrigações de desempenho)

Aderente à necessidade de padronização dos contratos e da correta identificação das obrigações de desempenho, merece destaque o processo de gestão do catálogo de serviços de TI executado pelo SERPRO que apresenta informação estruturada sobre todos os serviços de TI disponíveis aos clientes e pode ser entendido como um facilitador na identificação das obrigações de desempenho.

Destarte destaca-se que a implementação plena do CPC 47 perpassa pela necessidade de várias mudanças organizacionais que gradativamente estão sendo realizadas e que envolvem áreas diversas e, tão logo ocorram, as demonstrações contábeis e notas explicativas continuarão a refletir com fidedignidade o negócio da empresa.

Maria da Glória Guimarães dos Santos
Diretora- Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Izabel Cristina da Costa Freitas
Diretora de Governança e Gestão

Antônio Luiz Fuschino
Diretor de Desenvolvimento

Iran Martins Porto Junior
Diretor de Operações

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

Carla Ribeiro Alves Marques
Contadora CRC-DF 015723/0-9